

TERRITÓRIO E TERRITÓRIOS NA LEITURA GEOGRÁFICA DE MILTON SANTOS

LUCAS LABIGALINI FUINI

Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho | Brasil

lucasfuini@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE:

Território
Milton Santos
Território usado
Estado-nação
Modernidade

RESUMO:

O presente artigo traz a proposta de análise do conceito de Território, elemento de método fundamental na análise geográfica, mais especificamente associado à obra de Milton Santos, geógrafo brasileiro e que legou ampla obra, com destaque para seu interesse pela epistemologia da ciência. A seleção de textos e seus excertos permitem deslindar as mudanças de posicionamentos do autor face à perspectiva territorial, conforme impulsos internos dos debates filosóficos, e externos, das contextualizações geohistóricas. A riqueza da obra do autor, que não construiu sua teoria apenas consubstanciada no território e que apostou na concepção de território usado, permite expor a multiplicidade explicativa do conceito no contexto de crítica da modernidade.

TERRITORY AND TERRITORIES IN THE GEOGRAPHICAL READING OF MILTON SANTOS

ABSTRACT:

This paper presents the proposed analysis of the territory concept, fundamental element of method in the geographical analysis, more specifically associated with the work of Milton Santos, a Brazilian geographer and who bequeathed vast work, especially your interest the epistemology of science. The selection of texts and their extracts allow unravel the changes of the author's positions about the territorial perspective, as inner impulses of philosophical debates, and external, of geohistory contextualization. The richness of the author's work, which not only built his theory embodied in the territory and invested in the design of territory used, it allows to expose the multiplicity of explanatory concept in the critical context of modernity.

KEYWORDS:

Territory
Milton Santos
Territory used
Nation-state
Modernity

TERRITORIO Y TERRITÓRIOS EN LA LECTURA GEOGRÁFICA DE MILTON SANTOS

PALABRAS CLAVE:

Territorio
Milton Santos
Territorio utilizado
Estado-nación
Modernidad

RESUMEN:

En este trabajo se presenta el análisis del concepto de territorio, elemento fundamentales del método en el análisis geográfico, asociado más específicamente con el trabajo de Milton Santos, un geógrafo brasileño y que legó gran trabajo, especialmente su interés la epistemología de la ciencia. La selección de textos y sus extractos permite desentrañar los cambios de posiciones de lo autor acerca de la perspectiva territorial, como los impulsos internos de los debates filosóficos y externa, de contextualización geohistoria. La riqueza de la obra del autor, que no sólo construyó su teoría encarnada en el territorio y ha invertido en el diseño del territorio utilizado, permite exponer la multiplicidad explicativa de los conceptos en el contexto crítico en relación con la modernidad.

INTRODUÇÃO

O baiano Milton de Almeida Santos (1926-2001), ilustre geógrafo brasileiro, é titular de uma extensa obra, que reúne mais de 40 livros escritos em sua passagem pela Universidade Federal da Bahia, institutos de planejamento, em diversos centros universitários mundo afora durante o exílio (1964 a 1977) e, em seu último e mais profícuo local de trabalho, o Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, no qual formou uma série de “discípulos” (SAQUET; SILVA 2008). O geógrafo falece em 200, aos 75 anos, deixando um ideário à Geografia que tem sido levado adiante por parceiros intelectuais, discípulos e interlocutores da epistemologia da ciência geográfica¹.

A conceito de “território” perpassa a obra de Milton Santos em diversos momentos, desde os anos 1970, com a perspectiva do território definido em sua relação com o Estado, passando pelos anos de 1980, com a concepção de configuração territorial como o arranjo de objetos na paisagem, até se chegar aos anos 1990, quando o autor assume a vertente do território usado, multiescalar e o foco de um Geografia em transição. No entanto, só passa a ser mais constante na obra miltoniana a partir de 1993, quando o autor intitula de “O retorno do território” sua exposição e texto para o evento “*O novo mapa do mundo*”, organizado por ele, Maria Adélia Souza, Maria Laura Silveira e pela Anpur, sendo realizado na USP.

A transição de uma Geografia ainda apegada ao (neo)positivismo e ao empirismo para uma Geografia crítica de influência marxista (GOMES, 1996), leva Milton Santos e diversos outros autores expoentes desse movimento a escolherem o espaço como objeto e categoria primaz da ciência geográfica, sendo definido pela transformação da natureza pelo trabalho humano, criando *formas* espaciais (objetos técnicos que se tornam *heranças* e *rugosidades*) que atendem a determinadas *funções* esperadas e cujo arranjo define uma *estrutura* socioespacial alimentada pelos fluxos de capitais, pessoas e informações, no bojo de um *processo* temporal atrelado ao modo de produção capitalista (SANTOS, 1985; SANTOS, 1994).

Santos (1993) reconhece que o território não é apenas fundamento do Estado-nação, mas, como território usado, designa o conjunto de objetos e ações, sinônimo de espaço humano e habitado, além de acolher novos recortes, podendo ser formado no período contemporâneo por lugares contíguos e lugares em rede. Em textos já dos anos 2000, é que Santos (2000a, 2002) concebe o território como chave explicativa para o período contemporâneo, mais marcado pela globalização do dinheiro e transnacionalização dos intercâmbios sob o paradigma do meio técnico-científico informacional². O território usado,

¹ Em 2003 é lançada a coletânea “*Território brasileiro: usos e abusos*”, em 37 textos, organizada por Maria Adélia Ap. de Souza, reconhecida por sua vinculação à Milton Santos em seu período no Departamento de Geografia da USP e no Laboplan (Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental). A obra é resultado do I Encontro com o Pensamento de Milton Santos e desígnio também da reunião de um grupo de pesquisadores preocupados em preservar a teoria miltoniana no então Instituto Territorial. Em 2013 é lançada a obra “*Território na Geografia de Milton Santos*”, do geógrafo e professor da USP Antonio Carlos Robert Moraes, buscando na teoria de Milton Santos identificar sua contribuição à abordagem territorial, especialidade do autor do livro e contemporâneo de Santos na USP durante os anos de 1980 e 1990.

² O conceito de meio técnico-científico informacional se refere à um referencial espaço-temporal criado por Milton Santos em uma sucessão periódica cujos antecedentes seriam o meio natural e meio técnico. Desde 1985, na obra *Espaço e método*, o termo vai sendo aprimorado por Santos para dotar o espaço geográfico de mais elementos explicativos e de abordagem de método. Nas obras “*Técnica, espaço, tempo*”, de 1994, e “*A natureza do espaço*”, o conceito se encontra aprofundado e dotado de elementos explicativos, como sendo a “*cara geográfica da*

para o autor, aparece como uma categoria de análise se comportando como o “fundamento do trabalho, lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2002, p. 14).

Nesse sentido, esse artigo propõe, por meio da metodologia de pesquisa e revisão bibliográfica e através de excertos de obras de Milton Santos (que abarcam um período que vai de fins dos anos de 1970 a início dos anos 2000) em diálogo com proposições de outros autores, avaliar a contribuição do autor para a epistemologia do conceito de Território, não seguindo um ordenamento metodológico rígido, mas buscando classificar diferentes concepções em algumas categorias dadas pelo autor ou por nós inferidas (político-estatal, multiescalar, território usado), além de algumas categorias analíticas derivativas da lógica territorial e exploradas nas obras analisadas pelo autor para melhor representar a dinâmica socioespacial no âmbito da abstração científica (territorialidade, desterritorialização etc). A proposta se justifica pela dimensão da obra do autor no âmbito da Geografia latino-americana e pela grande capacidade de difusão e resiliência do Território, como conceito e categoria científica cara às ciências humanas e seus métodos, nos debates anteriores e atuais (SPOSITO, 2004). Desse modo, o texto está estruturado em três partes centrais: uma primeira, a tratar da renovação do conceito dada pelo autor em sua própria obra indo do território político-estatal para a ideia de território usado, na perspectiva de uma totalidade socioespacial multi/interescolar e transnacional; a segunda, a analisar os conceitos conexos ou derivados da abordagem territorial, como a divisão territorial do trabalho e as especializações territoriais, que explicam determinados processo e fenômenos socioeconômicos e políticos e, por fim, um item a tratar do diálogo interconceitual que o Milton Santos construiu entre conceitos geográficos (território, região, lugar, paisagem, espaço), evidenciando suas aproximações e diferenciações epistemológicas, com a perspectiva de se produzir um esquema interpretativo de síntese para sua concepção de território.

DO TERRITÓRIO-ESTATAL AO TERRITÓRIO USADO: UMA CRÍTICA À MODERNIDADE

A transição da concepção territorial em Milton Santos, desde os anos de 1970 aos 2000, guarda relação com a proposta do autor de teorizar sobre o espaço geográfico a luz da transição de um momento marcado pela modernidade para outro, associado à globalização e à crítica a certos elementos designativos do período moderno. Esse tópico parece sintomático no clássico artigo de 1993³, “O retorno do território”, no qual o autor evoca a necessidade de se superar uma noção de território herdada da modernidade, a noção jurídico-política

globalização”, a unificação ciência, técnica e finanças no espaço e instalado de forma seletiva nos lugares, revelando, através da diferenciação territorial, sua fragmentação.

³ Trata-se da coletânea “*Território: globalização e fragmentação*”, organizada por Milton Santos, Maria Adélia A. de Souza e Maria Laura Silveira, com artigos oriundos de exposições realizadas durante o seminário internacional “O novo mapa do mundo”, promovido pela Anpur e realizado na FFLCH/USP, em São Paulo, de 28 a 30 de abril de 2003. Outros dois textos nessa mesma coletânea se utilizam do termo pós-moderno de forma explícita: “O desenvolvimento metropolitano pós-moderno nos EUA: virando Los Angeles pelo avesso”, do geógrafo estadunidense Edward W. Soja, em que discorre sobre as novas características do entorno metropolitano de Los Angeles e sua centralidade transformada na transição de uma economia industrial para uma economia de serviços. Outro texto é de autoria do geógrafo francês Georges Benko, “*Geografia de lugar nenhum ou hiperglobalização: breve exame do mundo pós-moderno, explorando os cenários de mutações nas formas de regulação econômicas e políticas com fortes impactos nos arranjos espaciais.*”

associada ao Estado-nação moderno, do Século das Luzes⁴. A versão de superação dialética desse período (ou de contraposição a ele) seria a de território usado, transnacionalizado.

Delimitar rigidamente modernidade e pós-modernidade como períodos históricos incorre em riscos, como nos alerta Gomes (1996), pois os rótulos moderno e modernidade se aplicam a manifestações do novo, da crítica à tradição, aos arcaísmos e ao velho, evidenciando um processo de modernização. A superação da modernidade, identificada com uma ordem social vinculada ao quadro da Europa ocidental de século XVII e XVIII e com o sistema capitalista de trocas (do comercial ao industrial concorrencial e monopolista), o Estado-nação absolutista, a urbanização e centralidade cosmopolita e a ciência racionalista, vai além das vanguardas artísticas, que comumente apontam as tendências de renovação, mas nem sempre postulam a superação, sendo exemplos da própria modernização na modernidade.

Harvey (1989) identifica a condição pós-moderna com o conjunto de transformações confluentes nos anos 1970, na ordem econômica, política e cultural-arquitetônica, e que propõe uma nova relação com o espaço e uma nova dimensão do tempo, com a ideia de “encurtamento de distâncias” e a “compressão do espaço pelo tempo”. O motor de renovação seria o modelo de capitalismo que advém nos anos de 1970, em cenário de crise conjuntural e reestruturação, o chamado regime de acumulação flexível, de menor intervenção estatal e mais desregulamentado. Mesmo assim, ao final de sua obra, *Condição pós-moderna*, o autor conclui que a pós-modernidade, como condição histórico-geográfica, pode se propor a ser, com base na crítica, em uma nova ética e nova estética, no vir a ser, a busca da unidade no interior da diferença (reativando, inclusive, elementos do mate, de um “passado que culmina no presente, e o presente como novo triunfo dos valores antigos e eternos, mas, para os modernos, o presente só é válido como matriz do futuro, a medida em que ele é forja da história em contínua metamorfose” (HARVEY, 1989, p. 326).

Claval (1999) se permite tratar da perspectiva do território na pós-modernidade e reconhece as mutações pelas quais o conceito passou com o declínio das filosofias e ideologias vigentes no século XX (*como a marxista-leninista*) e a fragilização das identidades, com uma preocupação crescente com a diferenciação dos lugares como referenciais de distinção espacial. Posto isso, Santos (1994) reconhece, em entrevista, quando questionado sobre a pós-modernidade⁵, que a grande mudança se dá no plano da cultura, pois esta passa a ser o “veículo do econômico e do político” (homem e seu entorno) e, a discussão sobre Estado, fronteiras e regionalismos estaria associada com a cultura e sua articulação com o território. Trata-se de um contexto de economia globalizada em que a cultura pode ao mesmo tempo se abstrair de um lugar, mas, sendo uma recriação, envolve pessoas que estão fixas em um dado local.

O processo de transição vigente trouxe a contestação de certos paradigmas interpretativos da ordem socioespacial e vislumbra com a emergência de novos valores,

⁴ “Termos usados para descrever as tendências do pensamento e da literatura na Europa e em toda a América durante o século XVIII, antecedendo a Revolução Francesa. Foram empregados pelos próprios escritores do período, convencidos de que emergiam de séculos de obscurantismo e ignorância para uma nova era, iluminada pela razão, a ciência e o respeito à humanidade. As novas descobertas da ciência, a teoria da gravitação universal de Isaac Newton e o espírito de relativismo cultural fomentado pela exploração do mundo ainda não conhecido foram também importantes para a eclosão do Iluminismo. Entre os precursores do século XVII, destacam-se os grandes racionalistas, como René Descartes e Baruch Spinoza, e os filósofos políticos Thomas Hobbes e John Locke. Na época, é igualmente marcante a fé no poder da razão humana” (<http://www.historiadomundo.com.br/>).

⁵ Na obra *“Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional”* (SP: Hucitec, 1994).

práticas e filosofias interpretativas que afetam decisivamente a Geografia, como a ciência que traz a imagem do mundo moderno. A própria obra de Milton Santos permite visualizar um transitar entre qualificações diversas sobre a concepção de território, haja visto que todo conceito, como abstração a referendar teoricamente um conjunto de processos, embebe-se da realidade e se modifica com ela na busca de seu melhor entendimento.

Desse modo, Santos não se classifica como pós-moderno ou pós-modernista, e nem é possível deduzir de seus textos que há um entusiasmo com a pós-modernidade (hipermodernidade) como projeto político e cultural. O que se demonstra, com sua leitura, é um certo desconforto com a abordagem do conceito na Geografia tradicional (como a visão ratzeliana de território como corpo da pátria, amalgamado ao Estado), mas o ir além do autor, identificado com o processo de globalização como novo parâmetro da produção do espaço, não permite associá-lo automaticamente à todas as teses pós-modernas, como a do fim de fronteiras e derrocada do Estado-nação, ou mesmo pelo relativismo ideológico e cultural. Para Santos, o território é, antes de tudo, um conceito-chave para explicar a transição vigente (do fim de Guerra fria, queda da União Soviética, da globalização do capitalismo, da tecnologia de informação e comunicação etc.), dado o fato que ficou durante muito tempo congelado apenas na definição de limites e fronteiras e, no período contemporâneo, em perspectiva relacional e multiescalar, pode auxiliar na explicação de muitos processos e ações sociais.

Moraes (2000) nos alerta sobre os riscos de que uma dita visão pós-modernista calcada na ideia de universalidade geográfica das práticas sociais apague com o conteúdo objetivo de conceitos clássicos, como o de território, que poderia levar à uma antropologização e subjetivação (revoluções moleculares) excessiva que leve à recusa do Estado como agente social e ponto de convergência das relações no/do espaço.

Em entrevista publicada nos anos de 1990, Santos (1994) parece referendar sua crítica à modernidade com a relação à centralidade do Estado no período contemporâneo:

Porque o mundo se tornou global, então se globalizaram as relações, se desmanchou aquela arquitetura política anterior, e se superimpõe uma estrutura de nível mais alto? O discurso então é que não se tem mais o Estado, não se precisa mais do Estado. Na verdade, precisa-se menos. Por que? Pelo grau de racionalidade técnica que nossa sociedade atingiu. Aí aparece a geografia: o território também se tornou racional. (...) De um lado temos o Estado passando para outro patamar (...). De outro, creio que o Estado-nação continua sendo uma unidade extremamente importante para o nosso estudo, em virtude das heranças. Há uma série de heranças que são resultado da presença do Estado, como o nosso comportamento etc. Mas também porque questões como a das classes sociais são ligadas à uma arquitetura do Estado-nação (p. 180).

O território político-estatal:

Na obra “*Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*”, de 1978, referência e síntese das ideias da Geografia radical ou crítica no Brasil (lembrar do subcapítulo “*Toda teoria é revolucionária*”), Santos (1978) aproxima o *território* do Estado-nação, buscando diferenciar, assim, território de espaço. O *território* seria um dos elementos formadores do Estado-nação (ao lado do povo e da soberania) e sua utilização é que deixaria o espaço geográfico se pronunciar.

O *território* apresenta limites fixos cuja extensão é variável historicamente e suas formas de ocupação são definidas pelo uso do poder (o soberano, com suas formas coercitivas) e pelas relações entre classes sociais envolvidas no âmbito do modo de produção dominante em escala mundial, da influência de modos de produção precedentes sobre o atual e pelo sistema político que regula o impacto do modo de produção no âmbito nacional e local.

Assim, Santos (1977, 1978) aproxima o *território*, em suas diversas formas de apreensão em termos políticos e econômicos (*local, regional e nacional*), do conceito marxista de formação socioeconômica. A cada *território* corresponde uma formação socioeconômica respectiva, junção do modo de produção com as relações sociais inseridas em arcabouços jurídico-normativos específicos por região e país. A conjugação do espaço e suas escalas com a formação socioeconômica define a formação socioespacial⁶. No período atual,

(...) diante da realidade ao mesmo tempo global e local das redes⁷, a tentação é grande de opor, desse ponto de vista, uma sociedade local a uma sociedade nacional, um território local ao território nacional e, mesmo uma formação socioeconômica local (ou regional) e uma formação socioeconômica nacional (SANTOS, 1996, p. 216).

Uma outra extensão desse território político-estatal são as chamadas sociedades territoriais, condicionadas pelo modo de produção vigente no sistema internacional, pelo sistema político nacional e pela relação entre modo de produção atual e os precedentes. As sociedades territoriais que caracterizam a dinâmica histórica de um território, seu motor histórico de mutação. Vislumbra o autor, nesse momento, uma concepção territorial calcada nos estereótipos da modernidade, retomando inclusive alguns dos pilares da clássica concepção territorial de Friedrich Ratzel, associando território ao espaço de controle do Estado, remetendo ao solo e seus recursos, e definido por limites variáveis. Mais acresce aí a teoria marxista e a reprodução desigual do capital na sociedade e no espaço⁸, com a associação do território às leituras marxistas sobre modos de produção e sociedade de classes.

⁶ A formação socioespacial refere-se a realidades em que “os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares. (...) As relações entre espaço e formação social são de outra ordem, pois elas se fazem num espaço particular e não num espaço geral, tal como para os modos de produção. Os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sócias escrevem-na no espaço. Tomada individualmente, cada forma geográfica é representativa de um modo de produção ou de um de seus momentos. A história dos modos de produção é também, e sob este aspecto preciso, a história da sucessão das formas criadas a seu serviço. A história da formação social é aquela da superposição de formas criadas pela sucessão de modos de produção, da sua complexificação sobre seu ‘território espacial’” (Santos, 1982, p. 31).

⁷ Segundo Santos (1996), as redes podem ser tratadas como realidades materiais e também como um dado social. Pela primeira concepção, trata-se das infraestruturas que viabilizam o transporte de matéria, energia e informação, através de pontos de acesso, terminais, arcos de transmissão, nós de bifurcação e de comunicação. Sendo também sociais e políticas através das pessoas, mensagens e valores que a frequentam. Em suas relações com o território, as redes podem ser examinadas segundo um enfoque genético ou atual. O primeiro, de natureza diacrônica, preocupada com a sucessão dos elementos da rede em diversos momentos, considerando as mudanças morfológicas e técnicas. O segundo, o atual, se dá pela descrição do que o constitui (estudo estatístico das quantidades e qualidades técnicas), e a avaliação das relações que os elementos da rede mantém com a presente vida social em todos os seus aspectos.

⁸ Para essa discussão, na perspectiva Estado-territorial, Milton Santos menciona textos de Yves Lacoste, sobre a ação dos Estados nos países subdesenvolvidos, de Luis Navarro de Brito, sobre a política e os espaços regionais, e alguns dos clássicos da Geografia política e geopolítica, como Elisee Reclus, Friedrich Ratzel, Halford Mackinder, Karl Haushofer, Jean Gottmann e Bernard Kayser.

Além dessa ênfase estritamente política (e econômica, em certo sentido), em outras aplicações do conceito em obras do autor ver-se-á uma análise enfatizando outros aspectos que qualificariam o território com os seguintes elementos: escalas, relação global-local, atividades econômicas e produtivas e as infraestruturas

O território em perspectiva multiescalar:

Em 1985, na obra *Espaço e Método*, síntese da teoria miltoniana que compilou suas obras anteriores e subsidiou as suas posteriores, o *território* é visto por sua aplicabilidade-funcionalidade, não necessariamente por sua natureza. Este seria formado por frações funcionais diversas que dependem de demandas de vários níveis, do local até o mundial, e cuja articulação (*dessas frações*) se opera por fluxos criados pelas atividades, população e herança espacial (SANTOS, 1985). Antecipa-se, assim, a ideia de “território usado”, mas sem explicitá-la ainda.

Em 1993, na obra de compilação “*Território: globalização e fragmentação*”, Santos (1994) lança sua tese do “*retorno do território*”. Esse retorno decorreria da renovação da abordagem, que não se limitaria mais à concepção advinda da modernidade que restringia o território à “base e fundamento do Estado”, que o “moldava”. A transnacionalização do território, pela via da mundialização do capitalismo, que impõe novas sinergias, tornava antiga a ideia de Estado-territorial, ou da exclusividade do Estado como o único agente a “definir os lugares”.

Posto isso, o autor define o território usado que se manifesta através de novos recortes definidos pelo papel de ciência, tecnologia e informação realçados pela mundialização e globalização, a partir dos seguintes elementos⁹: *a*) as horizontalidades manifestadas pela contiguidade dos lugares vizinhos reunidos pela continuidade territorial, os espaços banais; e as verticalidades formados por pontos distantes uns dos outros ligados por diversas formas e processos sociais, as redes; *b*) as diversas formas de acontecer solidário, como o homólogo, marcada pelas complementaridades funcionais (agrícola-urbano), o complementar, definidos pelas relações campo-cidade e entre cidades (produção-intercâmbio), e o hierárquico, pautado na racionalização das atividades e do comando de uma organização; e *c*) dialética do território, mediante um controle local da parcela técnica da produção e um controle remoto da parcela política (SANTOS, 1993).

Assim, constata-se um esforço para tornar o território um conceito central na abordagem de uma Geografia em transição, pois que se adequaria melhor às perspectivas de se buscar um conceito geohistórico envolto em diferentes escalas de processos que o definem em uma clara crítica à abordagem geográfica moderna: fronteiras e limites móveis e flexíveis; fluxos materiais e imateriais e multiescalares; desencaixe espaço-tempo (do centro para o receptáculo da ação). Essa concepção embasaria o tratamento dado pelo autor ao território

⁹ Milton Santos, na obra “*A natureza do espaço*”, de 1996, define a globalização como ápice da mundialização capitalista pautada na difusão da ciência, técnica e informação associadas à uma psicosfera e uma tecnoesfera e às redes contextualizadas em um meio técnico-científico informacional. Mas essa globalização leva à fragmentação pois o efeito coercitivo do mercado global e de instituições supranacionais cria o efeito reverso do desejo de espontaneidade dado pela coexistência de diversos lugares, cada qual com seu acontecer solidário. Na obra de 2000, “*Por uma globalização*”, Santos acrescenta as teses da globalização como fábula e como perversidade, pois que parte de um discurso de integração e “fim das fronteiras” e o que propõe é apenas o imperativo do dinheiro e da acumulação de forma extremamente seletiva espacialmente, a naquilo que se chama competitividade entre lugares, excluindo os mais fracos e pobres cuja resistência também se opera no lugar.

em anos posteriores, nunca abandonando a ideia de território, fundamentalmente, como uma construção política:

Apenas os atores hegemônicos se servem de todas as redes e se utilizam de todos os territórios. Mas o espaço reticular é o de sua eleição. Eis por que os territórios nacionais se transformam num espaço nacional da economia internacional e os sistemas de engenharia mais modernos criados em cada país são mais bem utilizados por firmas transnacionais que pela própria sociedade nacional (SANTOS, 1999a, p 15).

Território usado e usos do território:

Nesse contexto, aparece a concepção de “território usado”, definido por seus objetos e ações, associado à análise da fluidez que rege as relações econômicas. Seria sinônimo de espaço humano, espaço habitado. A informação exerceria, no período contemporâneo, o papel fundamental de reunir as diferentes porções territoriais, em um território formado por “lugares contíguos e lugares em rede”, dando possibilidade do surgimento de novas “solidariedades” e intercâmbios.

O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, para as quais estamos utilizando a denominação sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluído a legislação civil, fiscal e financeira, que juntamente como o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 21).

O território em si não teria grande validade explicativa como categoria de análise em disciplinas históricas, pois abarca somente as formas, o “conjunto de sistemas naturais e sistemas de coisas superpostas” (SANTOS, 2002, p. 14). O território usado é aquele utilizado por uma dada população, aquele cuja sociedade local rege as manifestações da vida social, inclusive o dinheiro. Trata-se de uma estrutura dotada de movimento próprio (SANTOS, 2000a). É o chão mais a identidade, como a ideia de tribo, povo, nação e, depois, de Estado nacional decorre dessa relação tornada profunda (SANTOS, 2000a, 2002). O território usado seria sinônimo de espaço geográfico, haja visto que o território em si consistiria em uma espécie de etapa primeira, o nome político para o espaço de um país, o espaço territorial. O território usado, como uma totalidade, seria um campo privilegiado de análise pois revela “a estrutura global da sociedade e a complexidade de seu uso” (SANTOS, 2000b, p. 108).

Considera-se, portanto, que Milton Santos assume desde os anos 1990 uma visão mais ampla e plural de território, servindo como eixo categorial para explicar de processos dos mais variados. Em sua última obra, de 2001, em parceria com a geógrafa argentina Maria Laura Silveira e com auxílio de seu grupo de orientandos e parceiros, Milton Santos já destaca no título do livro sua preocupação com a categoria operacional de território: “*O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*”. Trata-se de um compêndio que se propõe a realizar uma análise da evolução do Brasil e sua nação através do território (“*visto como unidade e diversidade, a questão central da história humana*”), considerando sua materialidade (*sistemas de engenharia*) e seus fluxos (*sistema de movimentos*), além do quadro normativo-regulatório subjacente à relação Estado-empresas e território.

Os usos do território estão, na atualidade, também identificados com lógica espacial de ação do dinheiro. O dinheiro se constitui peça-central de um sistema econômico complexo, servindo como o equivalente geral de todas as coisas, a medida do valor atribuída ao trabalho e aos seus resultados. No início era o território que regia o dinheiro, um dinheiro local envolvido em relação de troca mais simples com pequena mediação técnica. Nesse período da história, o território assim delineado rege o dinheiro; o território era usado por uma sociedade localizada, assim como o dinheiro

Com o tempo, o dinheiro aparece como uma arena de movimentos mais numerosos e, cria-se o Estado-territorial para regê-lo, um dinheiro ainda relativamente domesticado. Em tempo de globalização, com a evolução das técnicas da informação, o dinheiro se torna global por meio da fluidez dos serviços de capitais globalizados, e o território não resiste a esse equivalente universal. “Mas esse dinheiro não é sustentado por operações da ordem da infraestrutura. É um dinheiro sustentado por um sistema ideológico. Esse dinheiro global é o equivalente geral dele próprio. E por isso ele funciona de forma autônoma e a partir de normas” que ele, através do sistema financeiro, define (SANTOS, 1999b, p. 10).

CONCEITOS CONEXOS

Uma série de outros conceitos foram utilizados por Milton Santos para dar maior clareza (e detalhamento) à explicação das dinâmicas socioeconômicas e os arranjos políticos contemporâneos territorializados, servindo como categorias-chave explicativas dos fenômenos contemporâneos. Assim, trataremos de algumas que aparecem com maior frequência em seus textos.

Territorialidade:

A *territorialidade*, outra variável inerente à categoria principal, é trabalhada com a ideia de pertencimento a um território em termos de exclusividade e limite (lembrando RAFFESTIN, 1993), e, além disso, como a “preocupação com o destino e construção de um futuro” atrelado a um determinado espaço (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 19).

O conceito aparece também em uma série de trechos da obra “*Por uma outra globalização*”, de 2000. Tratando das sociedades ditas primitivas, Santos (2000) reconhece a existência de uma territorialidade genuína, em que a economia e cultura-linguagem se relacionavam intrinsecamente com o território. Era uma territorialidade absoluta, pois as manifestações de existência dos moradores pertenciam ao território, dando um sentido de território vinculado à identidade das pessoas e à sobrevivência do grupo. Domínio e poder sobre o território remontavam a limites definidos por valores de identidade. “A política do território tinha as mesmas bases que a política da economia, da cultura, da linguagem, formando um conjunto indissociável (*comunidade*)” (SANTOS, 2000, p. 31).

Na atualidade, no entanto, com a discussão sobre os efeitos da globalização sobre a soberania nacional, o autor comenta, criticamente, que enquanto se fala da desterritorialidade, fim das fronteiras, morte do Estado, o que estaria a ocorrer é a formação de territórios nacionais da economia internacional, um território nacional que continua existindo e estabelecendo as normas públicas, mas cuja soberania é transgredida por

sistemas de informação e finanças, no nível internacional, que conduzem à porosidade das fronteiras.

Desterritorialização:

Na obra “*A natureza do espaço*”, de 1996, o autor vai buscar sintonizar sua análise do território aos chamados “espaços da globalização”. O *território* será tratado como “a grande mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local” (p. 271), já que o conjunto de possibilidades do mundo (*ou da economia mundial capitalista*) encontra suas oportunidades de realização nos lugares.

Assim, vai-se chocar uma “ordem global”, como norma *desterritorializadora* (pois separa o centro da ação e a sede da ação, ver o exemplo das companhias multinacionais), com um território local como norma, que *reterritorializa* em uma ordem local os fluxos e ações, pois reúne em uma mesma lógica interna o cotidiano imediato, formado pela contiguidade de população de objetos, os homens e empresas e as formas sociais, jurídicas e geográficas (SANTOS, 1996). A ordem local é a do espaço banal, mais territorializado e enraizado, e a ordem global é a do espaço econômico, movediço e inconstante.

Em excerto de outra obra, Santos (2000) vai além e ressalta que das múltiplas qualidades do território importa também caracterizar os vínculos de pertencimento e de identidade sociocultural, nem sempre identificados com objetos materiais. A síntese de sua crítica à “esquizofrenia do território” é que as finanças globais (*o dinheiro*) têm um peso de reestruturar o espaço geográfico, pois buscam conformar as atividades e demais elementos do território ao seu comando, pelo imperativo da fluidez e da competitividade entre lugares (*fragmentação*), mas o território “não é um dado neutro nem um ator passivo”, ele pode beneficiar os chamados “vetores da racionalidade econômica”, ou se opor a eles através das solidariedades internas. Eis a esquizofrenia dada pelo conflito, a dialética entre “normas locais x ordens globais”: ocorre a territorialização da produção direta, do comando técnico, e a desterritorialização das ordens, do comando político. (SANTOS, 2000).

Configuração territorial:

A perspectiva da configuração territorial aparece explicitada em duas obras de Milton Santos: “*Metamorfoses do espaço habitado*”, de 1988, e *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*, de 1994. Esse conceito aparece em certo momento na obra de Santos e posteriormente se enfraquece (como sinônimo de território), quando a ideia de território usado se torna a síntese mais perfeita da argumentação do autor.

A configuração do território é definida pelo conjunto de objetos geográficos. AO analisar a constituição do meio técnico-científico informacional, no após Segunda Guerra mundial, Santos (1994) reconhece que os acréscimos de ciência, técnica e informação modificam a composição técnica e orgânica do território¹⁰, estabelecendo a informatização do território. No período atual, ocorre um grande desenvolvimento da configuração territorial no Brasil, “formada pelo conjunto de sistemas de engenharia que o homem vai superpondo à natureza, verdadeiras próteses”, como os “sistemas de transportes e telecomunicações” (SANTOS, 1994, p. 141).

¹⁰ Esta teorização está presente na obra de Karl Marx, *O capital*, mais precisamente no volume, quando explora a teoria da Mais-valia.

Esse “novo” território, potencialmente pós-moderno e transnacionalizado, traz como característica contemporânea sua aproximação com o lugar, lugar como “sede da resistência da sociedade civil” (SANTOS, 1993, p. 19), lugar também como a extensão do acontecer homogêneo ou do acontecer solidário. E essa aproximação se dá pela configuração territorial dos lugares, e pela norma, a organização, os regimes de regulação (SANTOS, 1994).

Corrêa, na obra “*Região e organização espacial*”, de 1986, explica que a configuração territorial pode ser lida como sinônimo de organização do espaço, e isso pode ser explicado pelo método de análise espacial extraído da obra “*Espaço e método*”, de Milton Santos, composto pelo conjunto *forma* (aspecto visível e exterior de um objeto), *função* (ação ou atividade esperada de um objeto, conteúdo), *estrutura* (arranjo de objetos justapostos em uma ordem específica) e *processo* (dinâmica da sociedade historicamente que dá movimento aos objetos e que define as funções-formas). As rugosidades, como formas espaciais remanescentes de modos de produção pretéritos, seriam um símbolo da configuração territorial como síntese histórica e geográfica de ações do passado e do presente, as heranças geográficas (CORRÊA, 1986; SANTOS, 1985).

Divisão territorial do trabalho:

Na obra “*A natureza do espaço (...)*”, de 1996, não há destaque para o território em si, com função epistemológica, mas para algumas de suas designações, como a de “*divisão territorial do trabalho*” e “*território normativo*”. A divisão territorial do trabalho, conceito que o autor destaca como fundamental na compreensão do processo de modificação da natureza e na formação do espaço geográfico, define-se pela formação de uma “economia-mundo” capitalista e pelo advento da indústria (*e de suas técnicas*), alimentada pela informação, que levou a uma crescente diversificação da natureza e uma distribuição desigual de recursos disponíveis em termos sociais e geográficos.

Assim, define-se uma divisão internacional do trabalho (DIT), processo que resulta na divisão territorial do trabalho, marcada pela distribuição das atividades nos lugares, dando objetividade à totalidade socioespacial dos recursos. A divisão territorial do trabalho criaria uma hierarquia entre os lugares conforme a distribuição espacial de recursos, atividades produtivas e instrumentos financeiros, redefinindo a capacidade de ação de pessoal, firmas e instituições. Por fim, Santos (1996, p. 109) nos afirma que a

(...) divisão do trabalho supõe a existência de conflitos (...). O primeiro é a disputa entre o Estado e o Mercado. Mas não nos podemos referir a essas duas entidades como se fossem um dado maciço. Dentro do mercado, as diversas empresas, segundo a sua força, e segundo os respectivos processos produtivos, induzem a uma divisão do trabalho que corresponde ao seu próprio interesse. E as diversas escalas do poder público também concorrem por uma organização do território adaptada às prerrogativas de cada qual. Às modalidades de exercício da política do poder público e da política das empresas têm fundamento na divisão territorial do trabalho e buscam modifica-la à sua imagem.

Especializações territoriais produtivas³:

³ É importante lembrar que uma das “parceiras” de Milton Santos que melhor aprofundou a ideia de especialização dos lugares e especializações produtivas territoriais foi a geógrafa argentina Maria Laura Silveira

As especializações territoriais, ou especialização dos lugares, deriva do patamar atual da divisão territorial do trabalho, mais profunda e que leva a mais circulação e mais movimento pelo viés da complementariedade. As especializações do território definem as complementariedades regionais, uma nova geografia regional com o primado da circulação nesse capitalismo avançado (SANTOS, 1994). Silveira (1999) aprofunda essa concepção territorial conectada às chamadas especializações produtivas através da seguinte explicação:

(...) as exigências do mercado global, algumas áreas do país acabam por consagrar-se a atividades mais competitivas, ligadas ou não à exportação, indispensáveis ao circuito total da produção. As condições nelas presentes, ou que podem ser adrede introduzidas, favorecem uma rentabilidade maior a certas atividades ou produtos, recomendando a instalação das respectivas empresas mais exigentes de produtividade. É por isso que há uma tendência à agregação de atividades similares ou complementares sobre um mesmo lugar, criando verdadeiras especializações produtivas, seja no campo, com novos lençóis agrícolas globalizados, monoprodutores ou não, seja nas cidades consagradas a certo tipo de produção industrial ou a um conjunto de produções (SILVEIRA, 2011, p.).

Como amálgamas da especialização produtiva se configuram circuitos de produção e círculos de cooperação, o primeiro pela complementariedade de trocas materiais e imateriais entre áreas especializadas, e o segundo pelo quadro normativo e burocrático (de ordens e comandos) que regulamenta o primeiro, viabilizando (ou não) sua fluidez. A divisão territorial do trabalho atual é aquela da coexistência de diversos círculos e circuitos de especializações territoriais, em constante cooperação e competição (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

A produtividade espacial dos lugares é outra referência a fortalecer a especialização territorial, “conforme os lugares se distinguiriam pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos” (SANTOS, 1996, p. 197), através de suas características técnicas e organizacionais. A produtividade espacial ou geográfica seria, antes, uma noção que se aplica a um lugar, em relação a certas atividades, sendo definida, fundamentalmente, “pelas condições artificialmente criadas que sobressaem, enquanto expressão dos processos técnicos e dos suportes geográficos da informação” (SANTOS, 1996, p. 198).

Assim, os lugares se especializam através de suas virtualidades (potencialidades naturais) e de sua realidade técnica e ordem social, atendendo às expectativas de maior segurança e rentabilidade aos capitais visando uma crescente competitividade. Lançam-se esses lugares, portanto, em uma competição (inter-local) para atração da produção e de consumidores, produzindo-se uma “guerra dos lugares”, em uma estratégia tanto empresarial quanto do poder público, vigente no nível nacional e internacional.

Competitividade territorial:

A competitividade passa a ser um termo de diálogo central com o território nas análises de Milton Santos contidas nas obras “*A natureza do espaço*”, 1996, “*Por uma outra globalização*”, 2000, e “*O Brasil*”, 2001, apesar de já estar contida também em reflexões de “*Por uma Geografia nova*”, de 1978, quando da abordagem do espaço geográfico como um

(2011), que assim define o termo: “agregação de atividades similares ou complementares resultantes do exercício de uma divisão do trabalho mais competitiva e dos intercâmbios resultantes entre essas áreas” (p.4).

espaço-mercadoria, com um domínio ideológico que define a criação mercantil do espaço, concebendo a produção capitalista do espaço.

Mais especificamente na obra de 2000, Santos constrói uma análise crítica da competitividade como um motor único, do dinheiro global, que leva à “produção de novos totalitarismos, a confusão dos espíritos e o empobrecimento crescente das massas, enquanto os Estados se tornam incapazes de regular a vida coletiva” (SANTOS, 2000, p. 2). O conceito de competitividade aparece em diversos momentos do texto, explicando a lógica de ação espacial das grandes empresas, os atores hegemônicos, e a influência desse imperativo sobre a sistema social, cultural e político.

A competitividade em estado puro, como o autor define, se dá pela necessidade de competir em todos os âmbitos, entre empresas, nações, regiões e lugares, afim de se ocupar posições favoráveis no cenário econômico. Essa verdadeira luta gera um individualismo crescente que deixa uma dívida social, a competitividade sem compaixão, pois “para exercer a competitividade em estado puro e obter o dinheiro em estado puro, o poder (a potência) deve ser também exercido em estado puro” (SANTOS, 2000, p. 24).

A consequência, para o território, será de uma compartimentação, um processo de “fragmentação que rouba às coletividades o comando do seu destino, enquanto os novos atores também não dispõem de instrumentos de regulação que interessem à sociedade em seu conjunto” (SANTOS, 2000, p. 39), remetendo aquilo que Santos; Silveira (2001) denominam, posteriormente, de alienação dos territórios, nesse embate que ocorre entre movimento geral da sociedade planetária, mandatário da ação, e o movimento de cada fração particular local e regional da sociedade nacional, receptáculo e reproduzidor da ação.

O DIÁLOGO INTERCONCEITUAL E A SÍNTESE TERRITORIAL

Além da discussão territorial, Milton Santos também e, fundamentalmente, incursionou pela definição de outros conceitos fundamentais da Geografia, dentre os quais destacam-se: *espaço geográfico, lugar, região e paisagem*. E em que sentido estes conceitos se diferenciam da noção de território em sua obra?

Quadro 1 – Conceitos fundamentais da obra de Milton Santos

Conceitos	Definição
<i>Espaço geográfico</i>	<ul style="list-style-type: none">- Conjunto de fixos e fluxos (1978).- Campo de forças cuja aceleração é desigual (1978).- Conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais do passado e do presente que se manifesta através de processos e funções (1978).- Considerado como uma totalidade (socioespacial), composta de homens, firmas, instituições, meio ecológico e infraestruturas. Trata-se de um sistema de sistemas ou sistema de estruturas (1985).- É formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá (1996).

<p><i>Lugar</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - No lugar-cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições, - cooperação e conflito são a base da vida em comum (1996). - O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas (1996). - Sede da resistência da sociedade civil. Podem ser unir verticalmente, nas redes a serviço do grande capital, horizontalmente, reconstruindo a base da vida pelas normas locais (2000). - Cada lugar é marcado por uma combinação de técnica diferente e por uma combinação diferente de componentes do capital. Como resultado, cada lugar é uma combinação de diferentes modos de produção particularmente ou modos de produção concretos (2000).
<p><i>Paisagem</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza (1978). - A rigor, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão (1994). - A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos (1996). - A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais-concretos (<i>e suas formas</i>). Nesse sentido, a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal (1996).
<p><i>Região</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - Uma região é (...) o locus de determinadas funções da sociedade em momento dado (1985). - Dentro de uma região, os capitais fixos são geografizados segundo uma lógica que é a do momento de sua criação. Isso tem um inegável papel de inércia (1994). - A cada momento histórico, pois, o que se convencionou chamar de região, isto é, um subespaço do espaço nacional total, aparece como o melhor lugar para a realização de um certo número de atividades (1996).
<p><i>Território</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - É um dos componentes do Estado-nação. A relação entre o povo e seu espaço e as relações entre os diversos territórios nacionais são reguladas pela soberania (1978). - O território é imutável em seus limites, uma linha traçada em comum acordo ou pela força. Este território não tem forçosamente a mesma extensão através da história (1978). - O território são as formas, mas o território usado são os objetos e ações, sinônimo de espaço humano e habitado. O território hoje, pode ser formado por lugares contíguos e lugares em rede (1994). - O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas para as quais estamos igualmente utilizando a denominação de sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade (2001).

Organização: Lucas L. Fuini. Obras consultadas: “*Por uma geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*” (1978), “*Espaço e método*” (1985), “*A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*” (1996), “*Por uma geografia nova*” (2000), “*Metamorfoses do espaço habitado*” (1988) e, “*Brasil: território e sociedade no início do século XXI*” (2001), com Maria Laura Silveira.

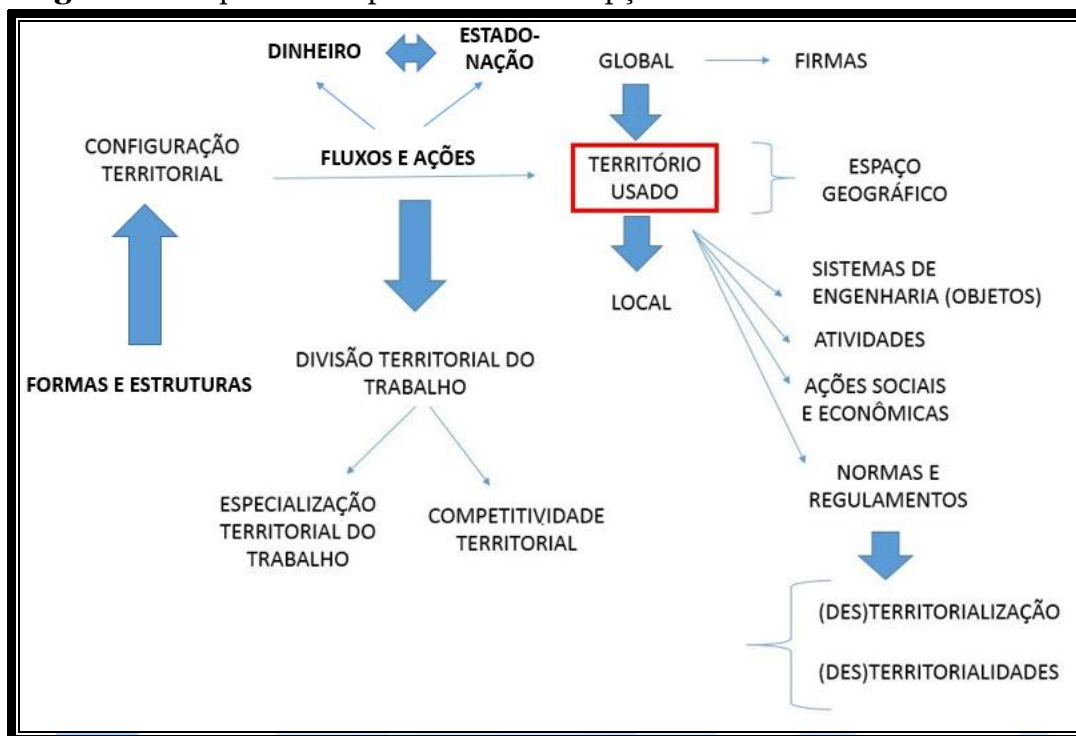
Para Milton Santos, o território pode ser visto como uma materialidade (configuração territorial) cuja apreensão por meio dos sentidos caracteriza-o como paisagem. Como uma forma política e econômica a caracterizar o espaço, categoria, objeto e totalidade social, o território contém subespaços que seriam as regiões. A relação espaço-território se apresenta de diferentes formas na obra de Santos, contendo mudanças de percepção com o passar dos

anos. Em “*Por uma geografia nova*”, o território aparecia vinculado à territorialidade do Estado-nação, à uma concepção político-jurídica de território, vinculado aos limites de sua soberania. Assim, a utilização do território (arcabouço material) pelo povo cria o espaço.

Seria próximo do raciocínio que anos depois, e de forma mais abrangente, o autor definiria como “*território usado*”, tratado como sinônimo de espaço geográfico, mas já considerando a perspectiva da multiescalaridade dos processos que influenciam o território e também incorporando as outras dimensões da economia e da sociedade. Acrescenta-se, aí, a noção de que “com a globalização o que temos é um território nacional da economia internacional” (SANTOS, 2000, p. 76).

É possível afirmar, deste modo, que na obra de Milton Santos o território viria antes do espaço, em termos históricos da ocupação humana, ainda que a totalidade socioespacial incorpore tudo, todos os processos, eventos, lugares etc. No esquema interpretativo abaixo (Figura 1) buscamos uma síntese da proposta territorial do autor ora analisado. O território usado surge de ações e processos que ocorrem no espaço contingente, meio ou configuração territorial, pautadas na lógica do dinheiro, que opera pela via da escala global, a verticalidade das firmas e, a local, a horizontalidade de todos os demais atores, mediadas pela ação normativa do Estado-nação em seus subespaços. Nesse processo se manifesta uma tendência de especialização dos lugares, pela divisão territorial do trabalho, buscando das competitividade e eficiência ao sistema de intercâmbio entre circuitos produtivos. Assim, o território, como espaço geográfico qualificado por seus usos, se define através do conjunto formado pelos objetos técnicos, as ações, as atividades e as normas, que ora se expressam (em processos e ações sociais) por suas territorialidades e territorializações, ou no sentido contrário, com as desterritorializações e desterritorialidades, lembrando que as escalas e lógicas ideológicas de atuação se pautam na dialética do território.

Figura 1 – Esquema interpretativo da concepção de Território em Milton Santos



Fonte: do autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo pretendeu realizar uma síntese teórico-conceitual da obra de Milton Santos em sua ênfase sobre o território, considerando a centralidade desse conceito/categoria na obra do autor, sobretudo a partir dos anos 1990, quando assume um quadro de explicações do funcionamento do espaço renovado. Não buscamos aqui esgotar o repertório teórico quase infinito do autor, e os textos selecionados são apenas excertos de sua obra. Também respeitamos e dialogamos com estudos já feitos sob a ótica de entender o movimento do território pelo movimento do pensamento do autor, como os de Moraes (2013), quanto por Saquet (2007) e Haesbaert (2004), mas buscamos em textos e trechos selecionados, sobretudo desde a virada teórica do autor em meados dos anos de 1980, a utilidade do território em sua análise e a multidimensionalidade e trans ou multiescalaridade que o mesmo vai ganhando historicamente, servindo como referencial para futuros estudos que queiram se servir do conceito e se consubstanciar, de forma contemplativa ou crítica, neste referido autor.

A primeira dificuldade de buscar a genuinidade territorial em Santos foi de ordem semântica, que revela uma preocupação filosófica: território é conceito ou categoria? Nos textos analisados, é mais comum Milton Santos se referir ao território como categoria de análise, assim como o lugar que aparece em constante diálogo com o território. Pode-se compreender que sendo categoria, apresenta em si variáveis explicativas do movimento do real, daí sua dinâmica. Se usado como conceito, assim como nos propõe Sposito (2004), é parte do corpo do método, trazendo elementos de vinculação teórico-ideológicos, expressando significado e extensão daquilo que explica, sendo pois mais dinâmico que a categoria, que é algo mais permanente e imutável no edifício da ciência. Ao que nos parece, o território na obra de Milton Santos é categoria que se comporta como conceito, conceito que ganha *status* de categoria na ciência geográfica, sobretudo.

A segunda, ainda de ordem epistemológica, questiona: que referenciais teóricos segue o autor nesse tipo de abordagem? Observamos um legado marxista (ou crítico social), certamente não ortodoxo, em praticamente todos os percursos de diálogo territorial, desde a qualificação do território com o Estado e os modos de produção, as formações socioespaciais e o estruturalismo da forma-função-estrutura-processo, até a linha mais contemporânea e teoricamente mais plural, que tem como centralidade o conceito de divisão do trabalho no território. Mas vai além posteriormente, propondo uma questão territorial não resumida ao Estado-territorial, remetendo a Raffestin (1993) e Foucault (2008), entre outros, e se pauta em múltiplas escalas, sistemas e nas dimensões do lugar e das resistências e identidades (territorialidades), ainda que se atenha, com centralidade, ao horizonte político-econômico.

Por fim, uma última pergunta: em Milton Santos, percebe-se uma abordagem geográfica do território afinada com a modernidade ou a pós-modernidade? A vertente da pós-modernidade como postulado de textos dos anos 1990, quando emerge o quadro de abordagem da dialética do território através das horizontalidades e verticalidades, do local e global, do território local como norma e a globalização como norma, nos mostra um pensamento de renovação, de ir além e de confronto com alguns estertores da modernidade, mas, ao mesmo tempo, o autor retoma vínculos com a modernidade e reivindica instituições e símbolos que a modernidade nos legou, como a questão Estado-mercado (dinheiro). Ao mesmo tempo que o conceito deve ir além do Estado-nação, dele, como projeto político-territorial, não pode prescindir, já que a desterritorialidade é posta como falácia.

Antes, a abordagem territorial de Milton Santos está em um ponto de transição, de olhar crítico para o passado, buscando ir além do presente para visualizar o futuro. Essa opção se revela em texto publicado em 2000 e intitulado “O papel ativo da Geografia: um manifesto”¹¹, no qual Santos (2000b) assume que o território usado é tratado como totalidade que nos revela a estrutura global da sociedade e sua complexidade e, além disso, comporta uma dialética, se comportando como um recurso, controlado de forma privada pelos atores hegemônicos pela lógica da seletividade espacial de seus investimentos (no quadro da divisão social e territorial do trabalho e da lógica dirigida por atividades exógenas ao lugar) e, como abrigo, como condição de sobrevivência dos atores hegemônicos em sua condição de adaptação ao meio geográfico local. Moraes (2013), em obra dedicada à teoria de Milton Santos e sua abordagem do território, avalia que as análises presentes no artigo “*O retorno do território*”, mesmo que assumindo postulados pós-modernistas¹², não é suficiente para nos avaliar uma postura unívoca de Milton Santos, justamente por que o autor não chega a negar noções modernas, com a Estado e nação, fazendo sim, uma crítica, a uma certa noção de Estado-nação.

Em geral, Milton Santos nos traz uma linha de análise territorial mais preocupada com os mais frágeis e seus lugares, e desde sempre, com os territórios em países subdesenvolvidos, como o seu. Da leitura de alguns de seus livros e artigos, infere-se que sua crítica à concepção moderna de território recomenda que admitamos que o velho ainda não se foi totalmente e o novo que ainda não está completo e claro (BERMAN, 1982), mais nos incomoda e nos inspira a refletir e agir. Concepção esta coerente com a visão sempre dialética que o autor trouxe em seus escritos.

REFERÊNCIAS

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólida desmancha no ar**. SP: Cia. das Letras, 1982.

¹¹ A elaboração do referido texto contou com o auxílio de vários colaboradores de Milton Santos, dentre os quais o próprio autor destaca: Adriana Bernardes, Adriano Zerbini, Cilene Gomes, Edison Bicudo, Eliza Almeida, Fabio Betioli Contei, Flávia Grimm, Gustavo Nobre, Lídia Antongiovanni, Maíra Bueno Pinheiro, Marcos Xavier, María Laura Silveira, Marina Montenegro, Marisa Ferreira da Rocha, Mônica Arroyo, Paula Borin, Soraia Ramos, Vanir de Lima Belo.

¹² “A literatura pós-modernista era conhecida e discutida por Milton Santos, sempre atento às novidades bibliográficas” (MORAES, 2013, p. 118). Este comentário trazido por Moraes, crítico em relação à visão universalista de Milton Santos, deve ser melhor esclarecido. O que se entende por pós-modernismo um movimento de contraponto à modernidade como projeto de criação uma universalidade intelectual e empírica em termos históricos. Segundo Sposito (2004) se define como um sistema de valores, a designação abrangente das mudanças intelectuais, sociais e políticas que criaram o mundo moderno. Estaria pautada, sobretudo, na universalidade da razão (do método lógico ou positivista racional), sob o paradigma do Iluminismo emergente entre os séculos XVII e XVIII e controlado, com e expansão mercantil ibérica, pelo processo de produção/consumo e acumulação de riquezas capitalista. Dentre seus elementos centrais, destacam-se: o humanismo, o racionalismo, o progressismo, o urbanicismo, o individualismo e o economicismo. Já o pós-modernismo, que emerge com a novas tendências nas artes, arquitetura e urbanismo desde meados do século XX, se pauta em uma visão antitotalizante e antigeneralizante, estando atrelado à lógica cultural do capitalismo avançado, à quarta modernização do capitalismo (tecnocientífica e robótica pós-fordista), à uma espacialidade pós-historicista e à estética da diversidade. Entre seus paradigmas constituintes, destacam-se: aceitação do efêmero, fragmentário e descontínuo; novas combinações e representação de um mundo antagonico e de grande alteridade; força de visões como o desconstrucionismo e o pragmatismo. Posto isso, Moraes (2006) define o pós-modernismo como uma corrente de pensamento que consubstancia a hipermodernidade como período histórico e que se propõe a superar o passado, abandonando o sentido de história e das grandes narrativas em prol dos discursos desconstrutivistas, proclamando o fim das ideologias (impossibilitando a formação de projetos alternativos ao mundo da mercadoria), que nos leva a cair em uma Geografia despolitizada, cosmopolita e localista.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **Geographia**, Niterói, UFF, ano 1, n.2, 1999.

CORRÊA, Roberto L. **Região e organização espacial**. SP: Ática, 1986.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Tradução Eduardo Brandão. SP: Martins Fontes, 2008.

GOMES, Paulo C. C. **Geografia e modernidade**. RJ: Bertrand, 1996.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. RJ: Bertrand, 2004.

HARVEY, David **Condição Pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. SP: Loyola, 1989.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política (Volume I- O processo de produção do capital)**. Tradução: Régis Barbosa e Flávio Kothe. 3ª. Ed. SP: Nova Cultural, 1988.

MORAES, Antonio C. R. **O território na Geografia de Milton Santos**. SP: AnnaBlume, 2013.

MORAES, Antonio C. R. Na trilha do purgatório: política e modernidade na Geografia brasileira contemporânea. In: SILVA, José B. da, et. al., **Panorama da Geografia Brasileira (2)**. SP: AnnaBlume, 2006, p. 39-46.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. SP: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. SP: Edusp, 1978.

_____. **Espaço e método**. SP: Hucitec, 1985.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. SP: Hucitec, 1988.

_____. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal**. SP/RJ: Record, 2000a.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, AGB-São Paulo, (54), p. 81-100, jun. 1977.

_____. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. **Terra Livre**, AGB, São Paulo, 9, p. 7-17, jul.-dez 1991.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A.; SILVEIRA, Maria L., **Território: Globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993.

_____. O dinheiro e o território. In: OLIVEIRA, Márcio P.; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Niterói: PPGEO/UFF, 2002.

_____. O dinheiro e o território. **Geographia**, UFF, Programa de Pós-graduação em Geografia, Niterói, 1 (1), p. 7-13, 1999.

_____. O papel ativo da Geografia: um manifesto. **Revista Território**, Rio de Janeiro, 5 (9), p. 103-109, jul./dez 2000b.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções de territorial.** SP: Expressão popular, 2007.

SAQUET, Marcos A.; SILVA, Sueli S. da. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, UERJ, n. 10, v.2, n.18, p. 24-42, 2º semestre de 2008.

SILVEIRA, Maria L. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**, Bauri, AGB, v. 15, n.1, p. 4-12, jan./dez. 2011.

SOUZA, Maria A. A. (org.). **Território brasileiro:** usos e abusos. Campinas: Ed. Territorial, 2003.

SPOSITO, Eliseu S. **Geografia e filosofia:** contribuição para o ensino do pensamento geográfico. SP: Edunesp, 2004.

Recebido em: 02/02/2015

Aprovado para publicação em: 15/05/2015